

MENSAGEM DE LEI N.º 163/2019

De, 03 de Outubro de 2019.

Exmº Sr.

Marcelo Porto de Freitas

Presidente da Câmara Municipal do Aracati

Senhor Presidente,

Estamos enviando a esse augusto Poder Legislativo, o projeto de Lei que altera a Lei Municipal Nº 192/2015 que dispõe sobre o conselho municipal de educação e dá outras providências.

As alterações na composição do Conselho Municipal de Educação (CME), ora propostas, têm por finalidade possibilitar o melhor desempenho das suas funções, tendo em vista a elevada demanda de normatizações, emissão de pareceres e autorização de funcionamento e credenciamento das escolas da rede municipal de Aracati, dentre outras, inseridas no contexto da efetivação do respectivo Sistema Municipal de Ensino.

O Sistema Municipal de Ensino passa a requerer dos CME um novo perfil de competências ligadas não só às questões normativas, mas também às de controle e mobilização social, exigindo mais experiência e conhecimento técnico na área educacional por parte de seus conselheiros, justificando, assim, a especialização e maior representatividade por membros que tenham atuação relacionada com a educação.

Visando a manutenção da boa relação entre os órgãos e representantes dos poderes deste Município, é importante explicitar, dentre as modificações feitas, que, não obstante a aproximação entre o Poder Legislativo e o CME seja bastante positiva, pois ambos têm papel fundamental para a devida fiscalização de ações e serviços da área educacional, percebeu-se certa incompatibilidade da participação de membro do Poder Legislativo como integrante desse Conselho Municipal (art. 54, II, b, c/c art. 29, IX, da CF/88).

Isso porque este órgão pertence ao Poder Executivo e, como tal, contempla também o exercício de função organizacional, de assessoramento de alto nível, de orientação e até deliberação referente à Administração Pública, que consiste em serviço público privativo do Poder Executivo.

A manutenção de tal participação ofenderia o art. 2º da Constituição Federal, que expressa o princípio da separação e harmonia dos Poderes, bem como o art. 2º da Lei Orgânica do Município do Aracati (Lei nº 02/1990) que, na mesma esteira da Constituição Federal,



**PREFEITURA DO
ARACATI**
AS PESSOAS EM PRIMEIRO LUGAR

Rua Coronel Alexanzito, 1272 - Farias Brito
Cep: 62800-000 • Aracati - CE, Brasil
Contato: +55 (88) 3421.2789



classifica como poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.

Assim, feitas estas considerações, na certeza que as modificações especificadas estão em consonância com Constituição Federal, a Lei Orgânica do Município de Aracati, a Lei Municipal nº 322/2017, e demais atos normativos que norteiam a matéria, merecendo acolhimento.

Neste ensejo, renovamos nossos votos de apreço a V. Excelência e a todos os senhores vereadores dessa Casa legislativa.

Atenciosamente,

BISMARCK COSTA LIMA PINHEIRO MAIA
PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA DO
ARACATI
AS PESSOAS EM PRIMEIRO LUGAR

Rua Coronel Alexanzito, 1272 - Farias Brito
Cep: 62800-000 • Aracati - CE, Brasil
Contato: +55 (88) 3421.2789



PROJETO DE LEI Nº 063/2019

DE, 03 DE OUTUBRO DE 2019.

**ALTERA A LEI Nº 192/2015, QUE DISPÕE
SOBRE O CONSELHO MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO MUNICIPAL DO ARACATI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal do Aracati aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Esta Lei altera a composição do Conselho Municipal de Educação de Aracati e define a forma de escolha dos conselheiros de cada segmento.

Art. 2º. Fica alterado o art. 3º da Lei nº 192, de 30 de setembro de 2015, que passará a ter a seguinte redação:

Art. 3º. O Conselho Municipal de Educação de Aracati será constituído por 14 (quatorze) membros titulares e 14 (quatorze) suplentes e terá a seguinte composição:

I - 1 (um) representante dos professores de Educação Infantil, em efetivo exercício na rede pública municipal de ensino;

II - 1 (um) representante dos professores de Ensino Fundamental, em efetivo exercício na rede pública municipal de ensino;

III - 1 (um) representante das escolas da rede particular de ensino do Município de Aracati, sendo de uma instituição que mantenha também Educação Infantil, se houver;

IV - 1 (um) representante dos servidores técnico-administrativos, em efetivo exercício na rede pública municipal de ensino;

V - 1 (um) representante das entidades estudantis existentes no Município de Aracati, legalmente constituídas;

VI - 1 (um) representante de pais de alunos da rede municipal de ensino;

VII - 2 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Educação;

VIII - 2 (dois) representantes dos gestores de Educação Infantil, em efetivo exercício nas unidades escolares da rede pública municipal de ensino;

IX - 2 (dois) representantes dos gestores de Ensino Fundamental, em efetivo exercício nas unidades escolares da rede pública municipal de ensino;



X - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer;

XI - 1 (um) representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Parágrafo único - Cada representação terá um conselheiro titular e um conselheiro suplente.

Art. 3º-A. Os representantes de que trata o artigo anterior serão escolhidos na forma a seguir:

I - Os representantes constantes nos incisos I, II, III, IV, V e VI do artigo anterior serão eleitos por seus pares, em reunião convocada para este fim pelo Secretário Municipal de Educação;

II - Os representantes da Secretaria Municipal de Educação e dos gestores escolares (titulares e suplentes) serão indicados pelo Secretário Municipal de Educação;

III - O representante da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer será indicado pelo respectivo Secretário;

IV - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deliberará diretamente sobre as indicações de seus representantes (titulares e suplentes).

Parágrafo único - Os conselheiros representantes devem, sempre que possível, possuir conhecimento e experiência na área educacional.

Art. 3º. Ficam revogados o art. 4º, o art. 5º e seu parágrafo único da Lei nº 192, de 30 de setembro de 2015, bem como as demais disposições em contrário.

Art. 4º. Fica estabelecido que a nova composição do Conselho Municipal de Educação de Aracati, de que trata esta Lei, será imediatamente implementada, procedendo-se à eleição, indicação, e nomeação, tendo em vista o término do atual mandato.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO DA LIBERDADE DO MUNICÍPIO DO ARACATI, aos três dias do mês de outubro de 2019.


BISMARCK COSTA LIMA PINHEIRO MAIA
Prefeito Municipal do Aracati